



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato
Escrevente Autorizado

敦



CERTIDÃO

Certifico, em virtude de requerimento de pessoa interessada e por dever de ofício, que, revendo os arquivos de REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS - Livro A, a meu cargo, foi encontrado o protocolo sob o nº 61.536-A, registro sob o nº 279, em 08/04/2022, contendo 1 página(s) do seguinte documento, transcrito na sua íntegra:

ANO XXXIII - ESTADO DO TOCANTINS, QUARTA-FEIRA, 1º DE DEZEMBRO DE 2021

DIÁRIO OFICIAL Nº 5977

69

NOMEAR

II - FLAÍANY MIRANDA, sindicalização nº 13.857, para exercer o cargo de Diretora Sindical de Base na Regional da Região do Bico do Papagaio e FRANCISCO SOARES DE SOUZA, sindicalização nº 5098, para exercer o cargo de Suplente de Diretora Sindical de Base na Regional da Região do Bico do Papagaio, a partir de 26 de novembro de 2021.

DAR POSSE

III - FLAÍANY MIRANDA, sindicalização nº 13.857, para exercer o cargo de Diretora Sindical de Base na Regional da Região do Bico do Papagaio e FRANCISCO SOARES DE SOUZA, sindicalização nº 5098, para exercer o cargo de Suplente de Diretora Sindical de Base na Regional da Região do Bico do Papagaio, a partir de 26 de novembro de 2021.

Protocolado sob o nº 279, Dou. Fl. Palmas-TO 08/04/2022. T.F.J. R\$7,83 Enol R\$11,95 ISS R\$0,72 Protocolo R\$3,47 Funcivil R\$11,60 Pag. Ext. R\$0,00 Fd. Eletrônica R\$2,33 Total R\$37,38

Palmas - TO

CLEITON LIMA PINHEIRO
Presidente do SISEPE-TO

FLAÍANY MIRANDA
Diretora Sindical de Base na Regional da Região do Bico do Papagaio

FRANCISCO SOARES DE SOUZA
Suplente de Diretora Sindical de Base na Regional da Região do Bico do Papagaio

PORTARIA/SISEPE-TO/GAPRES/Nº 035/2021, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021.

Dispõe sobre a instituição da Diretoria Sindical de Base na Regional da Região Sul e nomeação, bem como a nomeação e posse dos respectivos ocupantes, a partir de 26 de novembro de 2021.

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do Tocantins - SISEPE-TO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 116 do Estatuto Social da entidade,

Considerando a necessidade do fortalecimento do sindicato com assistência direta aos sindicalizados de cada repartição dos órgãos públicos estaduais no Estado do Tocantins, com a finalidade de promover melhorias de trabalho humano e questões salariais;

Considerando que o art. 116 do estatuto social estabelece que o Presidente do sindicato através da Portaria institui as Diretorias Sindicais de Base ou Representações Locais e serão nomeados o Diretor e seu Suplente ou Representante na mesma Portaria e serão empossados no mesmo dia;

Considerando que o art. 117 estabelece que a instituição das Diretorias Sindicais de Base ou Representações Sindicais Locais tem como objetivo prestar melhor assistência aos sindicalizados do SISEPE-TO, bem como fortalecer a vinculação direta entre o Sindicato e os Servidores públicos, levando-se em consideração a realidade funcional de cada repartição pública, resolve:

INSTITUIR

I - A Diretoria Sindical de Base na Regional da Região Sul, nos termos dos artigos 116 e 117 do Estatuto Social do Sindicato.

NOMEAR

II - AILTON ROSAL CAMPELO, sindicalização nº 7317, para exercer o cargo de Diretor Sindical de Base na Regional da Região Sul e SIMONE DAS GRACAS CORREIA, sindicalização nº 5091, para exercer o cargo de Suplente de Diretora Sindical de Base na Regional da Região Sul, a partir de 26 de novembro de 2021.

DAR POSSE

III - AILTON ROSAL CAMPELO, sindicalização nº 7317, para exercer o cargo de Diretor Sindical de Base na Regional da Região Sul e SIMONE DAS GRACAS CORREIA, sindicalização nº 5091, para exercer o cargo de Suplente de Diretora Sindical de Base na Regional da Região Sul, a partir de 26 de novembro de 2021, ambos nomeados no inciso II desta portaria, conforme art. 116 do Estatuto social do sindicato, que ao serem declarados empossados pelo Senhor Presidente do sindicato CLEITON LIMA PINHEIRO, os empossados prestarão o compromisso de cumprir fielmente o estatuto do sindicato, desempenhando as atribuições que lhes são dadas, que, depois de lido o presente TERMO DE POSSE vai e ambos para que produza os efeitos legais.

Assinatura do Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do SISEPE-TO, em Palmas - TO, aos 26 de novembro de 2021.

CLEITON LIMA PINHEIRO
Presidente do SISEPE-TO

AILTON ROSAL CAMPELO
Diretor Sindical de Base na Regional da Região Sul

SIMONE DAS GRACAS CORREIA
Suplente de Diretora Sindical de Base na Regional da Região Sul

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Sr. VICENTE GOMES BRANQUINHO, CPF nº 264.413.571-00, torna público que requereu ao Instituto de Natureza do Tocantins - NATURATINS, a Licença Ambiental (LP, LI e LO) da atividade de bovinocultura para Fazenda parte do Lote nº 03, Lote nº 04 e parte do Lote nº 4, matrículas 541 e 2131, respectivamente, município de Golsnorte. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 001/85, 237/97, COEMA 07/2005, que dispõem sobre o Licenciamento Ambiental desta atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Senhor WESLEY FLAUZINO MOURA, pessoa física, portador do CPF: 021.772.591-00 e RG 5144621 2ª VIA, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, as Licenças Prévia (LP) de Instalação (LI) e de Operação (LO) para exercer a atividade de bovinocultura (pecuária extensiva) em sua propriedade denominada Fazenda Dama da Noite, Fazenda Alcega I, II e III, e Fazenda Canjuru, Zona Rural, município de Formoso do Araguaia - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA nº 237/1997 e do COEMA nº 07/2005, as quais dispõem sobre o Licenciamento Ambiental desta atividade.

ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADEPTO - CNPJ: 00.392.440/0001-31

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Tocantins, no uso das atribuições estatutárias, CONVOCA, a PRIMEIRA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA exercício de 2021 (dois mil e vinte e um), a realizar-se na data de 14.12.2021 (quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um), 08h00min, em primeira convocação com o quórum mínimo de 50% dos associados e, 10h00min em segunda e última convocação, com o número de associados presentes, a ser realizada na sede do Sindpol (Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Tocantins), situado na Quadra 1002 Sul, Avenida Joaquim Teodoro Segurado, nº 626, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, CEP: 77.023-484, para tratar de assuntos da pauta abaixo nominados.

Pauta:

1. Mudanças no Estatuto da ADEPTO para adequá-lo à condição de utilidade pública municipal e estadual que passou a possuir, bem como, modernizando-o para melhor dinamismo, e referente ao assunto da eleição.

Palmas - Capital - TO, aos 30 dias do mês de novembro do ano de 2021.

JOÃO BATISTA DE DEUS
Presidente-ADEPTO

Transcrito o que se tinha a tornar público, a teor e para os fins do § 1º do art. 160 da Lei Federal nº 6.015 de 31/12/1973, lavrei o presente termo, que assino, em público e fiel testemunho da verdade. Dou fé.

SELO: 127035AAC707828-AHH Consulte autenticidade em www.tjto.jus.br

Emolumentos: R\$ 23,68
Outros: R\$ 0,00

Fund. Elet. R\$ 2,33
Correios: R\$ 0,00

Pag. Ext.: R\$ 0,00
Total: R\$ 49,80

ISS: R\$ 1,18

T.F.J.: R\$ 9,84

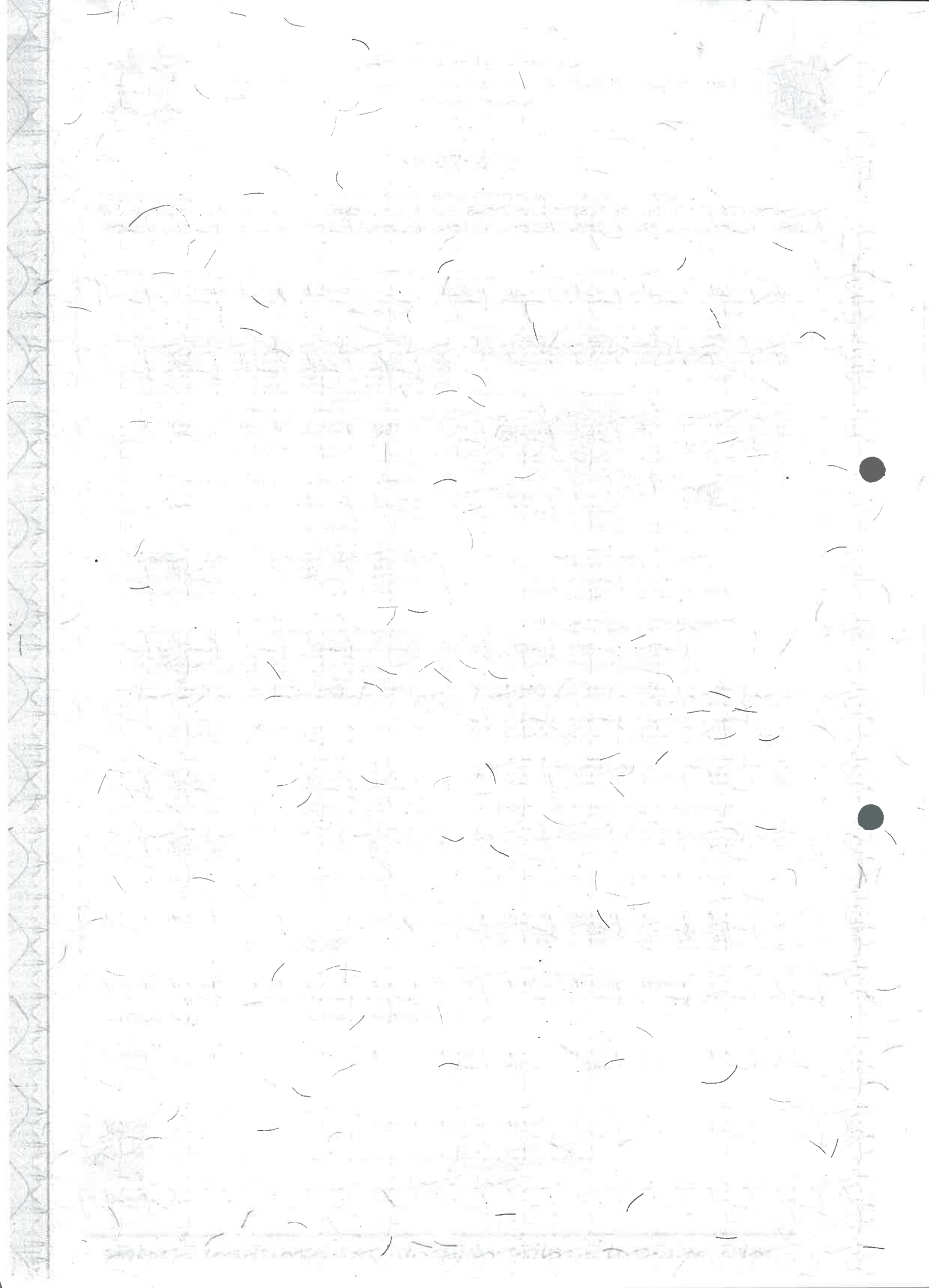
Funcivil: R\$ 12,77

Palmas-TO, 28 de abril de 2022.

Adriano Moromizato
Escrevente Autorizado



Página 1 de 1





Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato
Escrevente Autorizado



敦

CERTIDÃO

Certifico, em virtude de requerimento de pessoa interessada e por dever de ofício, que, revendo os arquivos de REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS - Livro A, a meu cargo, foi encontrado o protocolo sob o nº 61.537-A, registro sob o nº 279, em 08/04/2022, contendo 39 página(s) do seguinte documento, transcrito na sua íntegra:



Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Tocantins - ADEPTO
CNPJ nº 00.392.440/0001-31

Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado de Tocantins - ADEPTO

Aos quatorze (14) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), na sede do Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Tocantins (SINPOL), situado na Quadra 1002 Sul, Avenida Joaquim Teodoro Segurado, nº. 625, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, CEP 77023-484, e mediante CONVOCAÇÃO de Assembléia Geral Extraordinária para a deliberação de pauta, conforme Edital publicado na pág. 69, do Diário Oficial do Estado nº 5977, de 1º de dezembro de 2021, reunidos associados presença devidamente registradas em lista anexa à presente ata, nos termos do Estatuto em vigor, com a finalidade de deliberarem acerca de mudanças no atual Estatuto da Entidade, com o intuito de modernizá-lo, assim como, da eleição para a nova diretoria já com base no novo Estatuto, vindo o mesmo ser aprovado, da Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado de Tocantins - ADEPTO, pessoa jurídica, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº. 00.392.440/0001-31, e ainda de utilidade pública municipal conforme da Lei nº. 2.551, de 26 de fevereiro de 2020, Diário Oficial do Município de Palmas nº 2.429, 28.02.2020, e de utilidade pública estadual conforme Lei nº 3.795, de 28/06/2021, Diário Oficial do estado do Tocantins.

Foi apresentado a pauta, com os seguintes itens:

1. Mudança no Estatuto da ADEPTO para adequação à condição de utilidade Pública;
2. Eleição da Diretoria para o período constante do Estatuto, após as devidas mudanças a serem aprovadas anteriormente e, conselhos fiscal e deliberativo;

Após verificação do quórum estatutário de filiados presentes, em segunda chamada a Assembleia foi aberta em sua última convocação pelo Presidente João Batista de Deus, o qual

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado

敦



Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Tocantins – ADEPTO
CNPJ nº 00.392.440/0001-31

declarou solenemente aberta a Assembléia. E, para os trabalhos, foi nomeado o associado Ricardo Moreira de Toledo Salles para secretariar a presente assembléia extraordinária, solicitando que realizasse a leitura da ata da Assembléia anterior, o que ocorreu e com aprovação por unanimidade.

Segundo a pauta, foi debatido sobre o item 1, Mudanças no Estatuto da ADEPTO para adequá-lo à condição de utilidade pública municipal e estadual que passou possuir, bem como modernizando-o para melhor dinamismo. Foi feito a leitura de todo o Estatuto, citando os artigos a serem suprimidos e os que seriam modificados, além daqueles que manteriam em sua íntegra, sendo o critério de aprovação ou não, realizado pela leitura de artigo a artigo.

Segundo a pauta, no item 2 (dois), foi explanado aos presentes que uma nova eleição para o triênio 01/01/2022 a 31/12/2024, assim cumprir a legalização estatutária em conformidade com o Art. 12 e Art. 45 do Estatuto da Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Tocantins – ADEPTO, as devidas mudanças para adequar ao quadro da diretoria Executiva conforme o novo Estatuto, sendo Presidente; Vice-Presidente; Secretário Geral; Tesoureiro Geral e Primeiro Tesoureiro; Diretor de Atividade Cultural, Assistência Social; e Diretor de Assistência Jurídica e Comunicação Social, bem como Conselhos Fiscal e Deliberativo e até o fim de um mandato completo. Com mandato iniciando nesta data, 01/01/2022 e findando em 31/12/2024. Sendo a Diretoria Executiva, composta pelos associados adiante relacionados e aos cargos também nominados, sendo: os membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal e Deliberativo, conforme preceitos legais mencionados (nomes e cargos), na seguinte ordem: João Batista de Deus - Presidente; Alberto Carlos Rodrigues Cavalcante - Vice Presidente; Hélio Humberto Espindola Pires - Secretário Geral; Pedro Vasconcelos dos Santos - Tesoureiro Geral; Claudemir Luiz Ferreira - 1º Tesoureiro; Roger Knewitz - Diretor de Atividade Cultural, Recreativa e Sociais; Dionísio Lopes da Silva - Diretora de Previdência e Assistência Social; e Bonfim Santana Pinto - Diretor de Assistência Jurídica e

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado

敦



Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Tocantins - ADEPTO
CNPJ nº 00.392.440/0001-31

Comunicação Social. Ainda, ficando composto pelos seguintes filiados: **Conselho Fiscal - Efetivos:** Ricardo Moreira de Toledo Salles, Carlos Miguel Manso e Wladimir Costa Mota Oliveira - **Suplentes -** Rildo Barreira, Juliana Moura Amaral Quintanilha e Marcelo Santos Falcão Queiroz. **Conselho Deliberativo - Efetivos:** Raimundo Cláudio de Paula Batista, Ludmila Cristian Barreto Cezarino e Márcio Giroto Vilela - **Suplentes:** Rodrigo Ferraz Prado Telles, Lucélia Maria Marques Bento e Cacimiro Bezerra Costa. E apresentando somente chapa única foi eleita por aclamação dos termos estatutária.

Ainda pelo Dr. Ricardo assim como já havia questionado na última Assembléia, novamente pediu para constar em Ata, que para a manutenção da Associação, se faz necessário iniciar a cobrança das taxas mensais de cada associado, vindo a ser realizada da forma que cada um venha a entender mais prática, seja pelo débito em conta, depósito à Associação ou ainda, em desconto na folha de pagamento. Contribuição essa devido a falta de verba no caixa da Associação, tendo em vista todos os custos mensais normais de expedição de documentações, custos cartorários para diversos fins, e com escritório de contabilidade, uma vez que os valores em conta atualmente não darão mais para suprir a manutenção da Associação a partir desta data, e considerando que os custos necessários mensais ainda serão baixos, o que então sugere que mesmo constando no artigo 82 do novo Estatuto, uma cobrança de 2% a 10% do salário mínimo vigente no País, que nos dias atuais seria de R\$22,00 a R\$ 110,00 a contribuição, sugere que inicialmente para o ano de 2022 seja efetuado a cobrança mencionada na Assembléia anterior, ou seja, o percentual de 2% do salário mínimo vigente no País, o que corresponde atualmente em R\$ 22,00, por ser um valor suficiente para cobrir todos gastos de manutenção da Associação, e assim coloca em pauta para aprovação desta mensalidade e, que sejam os depósitos realizados na conta do Banco do Brasil, Agência 1886-4 - Conta Corrente nº 32.862-6 - CNPJ 00.392.440/0001-3155, estipulado o depósito até o dia cinco (05) cada mês a partir do mês de janeiro de 2022.

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado

敦



Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Tocantins - ADEPTO
CNPJ nº 00.392.440/0001-31

Nada mais havendo a constar e a ser tratado, fora encerrada com a leitura e aprovação dos presentes, os dois itens da pauta, ou seja, a mudança na íntegra do Estatuto da Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Tocantins, conforme cópia que segue em anexo a esta Ata e, a manutenção da atual Diretoria no cargo, com as adequações que se fizeram necessárias devido ao novo quadro Executivo do novo Estatuto, assim como, devido a ter sido considerado urgência por um dos associados a questão do retorno da cobrança de mensalidade, foi aceita pelos presentes a inclusão do assunto e após debatido, foi aceito a cobrança com a redução mencionada e, lido e achado conforme vai devidamente assinado por mim Ricardo Moreira de Toledo Salles Secretário nomeado, que a lavrei e pelos presentes, conforme a lista de presença em anexo.

Ricardo Moreira de Toledo Salles

Secretário

CPF 756.643.726-72

João Batista de Deus

Presidente

CPF 306.825.256-34

RECEBUEMOS 05/04/2002 16:53:04 Pgs. 4/3

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado

COASC-AL

Fls. 200

敦

Ex. 1. 884 425/94 2007/05/ED 89182-120183



Associação dos Delegados de Polícia do Tocantins - ADEPTO
CNPJ nº 00.392.440/0001-31

RELACÃO DOS NOMES DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHOS FISCAL E DELIBERATIVO DA ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DE CARREIRA DO ESTADO DO TOCANTINS - ADEPTO

Diretoria Executiva - Biênio 01.01.2022 a 31.12.2024

CARGO	NOME	CPF	R.G.	CONTATO	ENDEREÇO
Presidente	João Batista de Deus	306.825.256-34	M-1.285-811-SSP/MG	63-98425-5768	Qd 604 Sul, Al.09, Lote 09, Aptº 510 - Res. Village 61 Palmas - TO
1º Vice-Presidente	Alberto Carlos Rodrigues Cavalcante	350.410.481-34	6.0000 - SSP/TO	63-99219-9161	CEP 77.022-016 Qd.106 Sul, Al. 510, Lote 01 Palmas - TO CEP 77020-080
Secretário Geral	Hélio Humberto Espindola Pires	406.076.746-87	M-633.053-SSP/MG	63-98436-0371	Rua Anita Garibaldi, nº. 1120 - Paraisópolis do Tocantins/TO.

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado



敦

Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Tocantins - ADEPTO
CNPJ nº 00.392.440/0001-31

CARGO	NOME	CPF	R.G.	CONTATO	ENDEREÇO
Tesoureiro Geral	Pedro Vasconcelos dos Santos	414.041.571-15	713.037-SSP/TO	63-98428-0374	Qd. 108 Sul, Al. 08, Lte 09, Palmas - TO
1º Tesoureiro	Claudemir Luiz Ferreira	261.976.148-47	29.903.743 - SSP/SP	63-99257-5966	Qd. 603 Sul, Al. 10, Lote 10 - Palmas/TO.
Diretoria Atividade Cultural, Recreativa e Social	Roger Knewitz	800.284.621-04	1.101.523 - SSP/TO	63-98472-3335	Qd. 108 Sul, Al. 11, Lte 25 - Aptº 403-C - Palmas - TO.
Diretoria Assistência Jurídica e Comunicação Social	Bonfim Santana Pinto	319.024.131-72	1.592.533 - SSP/TO	63-99965-6400	Qd. 307 Sul, Ql 18, Lte 24 Casa 06 Palmas-TO.
Diretoria Previdência e Assistência Social	Dionísio Lopes da Silva	323451.351-15	59.300-SSP/TO	63-98421-5754	Qd. 504 Norte, Al.09, Lte 06 - Palmas/TO.

32

COASC-AL Fls. 201

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado

COASC-AL

Fls. 202

敦

Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Tocantins - ADEPTO

CNPJ nº 00.392.440/0001-31

Conselho Fiscal

ORDEM	CARGO	NOME	CPF	RG	ENDEREÇO
01	Efetivo Titular	Ricardo Moreira De Toledo Salles	756.643.726-72	3.64.333/SSP/MG	Qd. 307 Sul Rua 02, Ql. 05, Lote 15 - Palmas-TO,
02	Efetivo titular	Carlos Miguel Manso	195.384.721-87	520.218-SSP/GO	Qd. 706 Sul Al. 02 Condomínio Classic Aptº 1004, Palmas - TO,
03	Efetivo Titular	Wladimir Costa Mota Oliveira	007.351.964-27	1.373.530-SSP/TO	Rua Sebastião Deusdará Leal, nº 522, Setor Aeroporto, Pedro Afonso- TO
04	Suplente	Rildo Barreira	249.978.718-00	42.191-SSP/TO	Qd. 404 Sul, Al.12, Lt.11 - Palmas-TO
05	Suplente	Juliana Moura Amaral	803.695.611-04	846.413-SSP/TO	Qd. 404, Al.12, Ql.12, Lote 11 - Palmas-TO.
06	Suplente	Marcelo Santos Falcão Queiroz	879.527.691-20	1823843-SSP/DF	Esplanadas das Secretarias - Secretaria da Segurança Pública - Palmas-TO. Cel. 62-98466-6898

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado

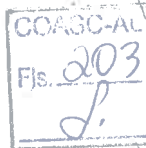


Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado



敦

15/04/2023



Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Tocantins - ADEPTO
CNPJ nº 00.392.440/0001-31

Conselho Deliberativo

ORDEM	CARGO	NOME	CPF	RG	ENDEREÇO
01	Efetivo Titular	Raimundo Cláudio de Paula Batista	166.316.172-00	420.948-SSP/TO	Qd. 110 Sul, Al. 23, n.41 - Palmas/TO.
02	Efetivo titular	Ludmila Cristian Barreto Cezarino	930.816.266-68	903.041-SSP/TO	Qd. 206 Sul, Al. 17, Lote 09 - Palmas/TO.
03	Efetivo Titular	Márcio Giroto Vilela	824.952.381-4	306208635-SSP/AP	Qd. 303 Sul, Al. 01, Lote 02, Ql. 03 - Palmas/TO.
04	Suplente	Rodrigo Ferraz Prado Telles	096.239.698-21	22.512.696-1-SSP/TO	Qd. 110 Norte, Al. 23, Lote 13 - Palmas/TO.
05	Suplente	Lucélia Maria Marques Bento	760.739.121-53	94075525817021-SSP/GO	Ed. Graciosa, Apto 1102, Rua 05, Ql. 06, Lote 01 - Palmas/TO.
06	Suplente	Cacimiro Bezerra Costa	083.654.661-04	1166.877-SSP/TO	Qd. 306 Sul, Al. 10, Lt. 03 - Palmas/TO.

33

STP/TO - Fias 06/04/2023 - 01537A Pas. 1-3

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DE CARREIRA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADEPTO

LISTA DE PRESEÇA DA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DE CARREIRA DO ESTADO DO TOCANTINS – ADEPTO - REALIZADA AOS QUATORZE (14) DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO (12) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM (2021), NA SEDE DO SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DO TOCANTINS - SINPOL -, SITUADO NA QUADRA 1002 SUL, AVENIDA JOAQUIM TEODORO SEGURADO, Nº 625, PLANO DIRETOR SUL, PALMAS -TO – CEP 77023-484, E MEDIANTE CONVOCAÇÃO CONFORME EDITAL PUBLICADO NA PAG.69, NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO TOCANTINS Nº. 5977, de 1º de dezembro de 2021.

[illegible]

Adelino Moromizato
Carona de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Proxies
Escritor Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado



敦



ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DE CARREIRA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADEPTO

Heurini	CPF 146.670.771-91
Rafael de Castro Lima	CPF 004.799.656-00
Antonio dos Reis de Sousa Neto	CPF 579.946.691-53
Yolín Pereira Motta	CPF 022.797.101-96
Rene Ricardo R. de Jesus	CPF 226.510.528-77
Anderson George de Lima Costa	CPF 809.420.405-20
Bruno Junior L. de Jesus	CPF 001.664.131-77
Luciano Ribeiro R. Cavalcante	CPF 350.416.481-34
Guilherme J. de Mota	CPF 007.432.461-66
Wenderson Wellington	CPF 001.921.115-58
Ricardo Almeida	CPF 800.284.617-44
Luciano Barbosa de Souza Costa	CPF 871.169.041-91
Antônio Ferreira dos Santos	CPF 624.286.401-00
Wenderson L. de Jesus	CPF 62.844.171-14
Wenderson L. de Jesus	CPF 536.331.601-00
Wenderson L. de Jesus	CPF 054.562.367-70
Wenderson L. de Jesus	CPF 022.220.229-89
Wenderson L. de Jesus	CPF 070.754.907-58
Helio H. E. Pires	CPF 406.076.746-87
Guilherme de Souza Silva	CPF 005.748.861-23
Wenderson L. de Jesus	CPF 040.543.503-94
Wenderson L. de Jesus	CPF 506.941.501-01

50007-01445 00/04/2022 04:53:04 Págs. 1/3/3

2 de 3

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado

Página 18 de 39



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado



敦

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA CARREIRA DO ESTADO DO TOCANTINS - ADEPTO

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES

Art. 1º. A ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DE CARREIRA DO ESTADO DO TOCANTINS é uma Sociedade Civil, fundada em 03 de novembro de 1994, e de utilidade Público Municipal desde a data de 26 de fevereiro de 2020, com base na Lei n. 2.551 e de utilidade Pública Estadual desde a data de 28 de junho de 2021, com base na Lei n.3.795, órgão de defesa dos direitos e interesses legítimos dos Delegados de Polícia ativos e inativos da Polícia Civil do Estado do Tocantins, de âmbito Estadual e com representação Nacional através das Entidades representativas da classe a que for filiada, **sem fins lucrativos**, com duração por prazo indeterminado, e que se destina também a orientação jurídica e assistência aos Delegados de Polícia a ela filiados, com sede provisória na Quadra 207, Sul, Alameda 05, QI.10, Lote 09, Plano Diretor Sul, Palmas/TO, CEP:77015-298, onde tem foro.

Parágrafo único. A Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Tocantins poderá usar a designação abreviativa "ADEPTO", constituída pelas suas iniciais.

Art. 2º. A ADEPTO poderá, a juízo da Diretoria e de acordo com a necessidade e disponibilidade de recursos, instalar Subsedes em cidades do interior do Estado.

Art. 3º. A ADEPTO tem por finalidade:

- I – Congregar em seu seio todos os Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Tocantins;
- II - Zelar pelo interesse e bom nome da Classe;
- III – Postular pelos interesses da Classe em juízo ou extrajudicialmente;
- IV - Incentivar a solidariedade e união entre os sócios;
- V – Propugnar pela assistência e previdência social dos seus membros, se necessário através de convênios;
- VI – Desenvolver atividades Culturais, Recreativas e Sociais;
- VII - Cultuar tradições da Polícia Civil do Estado do Tocantins;
- VIII – Prestar assistência jurídica aos sócios que dela venham necessitar, de conformidade com as normas contidas neste Estatuto e Regulamento;

PRTM-1-Palmas 05/04/2022 PMS/PA/PAL/PA, 10/03

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado

敦

IX – Colaborar com os Poderes Públicos no aperfeiçoamento do sistema policial, por meio de representação, indicações de anteprojetos de leis, regulamentos e críticas as práticas policiais administrativas;

X - Assistir aos sócios e defender seus interesses;

XI – Promover conferências e cursos de natureza técnica policial, e realizar reuniões culturais, sobre tudo de natureza jurídica abrangente ao Direito Penal e Processo Penal e suas disciplinas auxiliares;

XII – Organizar em sua sede uma Biblioteca, principalmente de caráter especializado;

XIII – Prestigiar todas as associações congêneres do País e do exterior, procurando manter com todas elas o maior intercâmbio possível;

XIV – Servir desinteressadamente com finalidade educativa, artística, cultural, assistencial, saúde, preservação, informativa, defesa e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, respeito aos valores éticos e sociais, em benefício do desenvolvimento geral da comunidade.

Art. 4º. É vedada a participação da ADEPTO em questões político-partidários ou religiosas, bem como ceder sua sede para fins estranhos aos da Associação.

Parágrafo único. A proibição contida no caput deste artigo não atinge individualmente a nenhum dos sócios, inclusive aqueles que componham os órgãos dirigentes e representativo da ADEPTO.

CAPÍTULO II

DO QUADRO SOCIAL, SEUS DIREITOS E DEVERES

SEÇÃO I

DO QUADRO SOCIAL

Art. 5º. O quadro social da ADEPTO é composto das seguintes categorias:

I - Sócio Fundador - É o Delegado de Polícia de Carreira que participou da reunião de fundação da ADEPTO e após sua assinatura no livro de ata até o dia 31 de dezembro de 1994;

II – Sócio Contribuinte – É todo o Delegado de Polícia de Carreira ativo ou inativo que contribui com descontos mensais em sua folha de pagamento ou através de débito em conta bancária;

3

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado

敦



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Adriano Moromizato
Escrevente Autorizado

III - Sócio Benemérito - É todo aquele que, associado ou não, venha a prestar relevantes serviços à ADEPTO, contribuindo para o seu engrandecimento moral, intelectual e material;

Parágrafo único. Poderá ser admitido no quadro social da ADPETO, qualquer Delegado de Polícia de carreira do Estado do Tocantins, mediante requerimento encaminhado ao Presidente.

SEÇÃO II DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 6º. São direitos do sócio contribuinte e fundador:

- I- Votar e ser votado para os cargos eletivos da ADEPTO, com exceção de membro da Diretoria Executiva, que somente é permitido ao filiado ser votado quando já tenha cumprido o estágio probatório e com mais de três anos ininterruptos de filiação;
- II- Exercer cargo ou função por nomeação;
- III- Participar das Assembleias Gerais discutindo e votando matérias previstas na respectiva Ordem do Dia;
- IV - Propor a aplicação de penalidades e alteração no presente Estatuto;
- V- Apresentar defesa quando à de penalidade, na forma do Capítulo VII, deste Estatuto;
- VI- Apresentar propostas e sugestões de interesse da Classe ao órgão da ADEPTO e aditar as que sejam objeto de exame e deliberação;
- VII- Interpelar por escrito e fundamentadamente, à Diretoria e qualquer Diretor, a cerca de assuntos relativos à administração da ADEPTO;
- VIII- Requerer convocação de Assembleia Geral Extraordinária, nas condições estabelecidas por este Estatuto;
- IX- Utilizar-se dos serviços mantidos pela ADEPTO, pagando as taxas correspondentes, sempre que for o caso;
- X- Frequentar a sede Social, participando das atividades recreativas e culturais da ADEPTO;
- XI- Utilizar-se dos serviços previdenciários mediante requerimento escrito sujeitando-se às normas vigentes;

Estatuto - 21/2015 - 09/08/2022 - P61537A Pág. 14/89



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Adriano Moromizato
Escrevente Autorizado

敦

XII- Requerer, em documento próprio, com firma reconhecida, o cancelamento de seu nome no quadro social.

§1º Para o exercício de qualquer dos direitos previstos neste artigo, é condição principal estar quite com a tesouraria da ADEPTO.

§ 2º Para o exercício do direito previsto no inciso IV deste artigo, a proposta deverá estar subscrita, no mínimo por 5% (cinco por cento) dos sócios Contribuintes e devidamente fundamentada, sob pena de indeferimento pelo Presidente.

Art. 7º. Os direitos e deveres dos sócios Fundadores, Contribuintes e Beneméritos são absolutamente idênticos, ressalvados o disposto no parágrafo único deste artigo, tendo a distinção apenas de caráter honorífico em relação aos primeiros e últimos.

Parágrafo único. Aos sócios Beneméritos será reconhecido e proclamado pela Assembleia Geral da ADEPTO, que somente tomará conhecimento do assunto mediante proposta fundamentada, apresentada por 10 (dez) sócios Fundadores e ou Contribuintes, no mínimo, mediante parecer da Diretoria Executiva.

Art. 8º. Os sócios Beneméritos que forem outorgados pela Assembleia Geral por iniciativa da Diretoria Executiva, não sendo sócio Contribuinte ou Fundador, estarão isentos do pagamento da contribuição mensal.

Parágrafo único. Aos sócios Fundadores e Beneméritos será expedido Diploma Especial, devidamente registrado na Secretaria Geral, cuja entrega se processará em sessão solene para tal fim, convocada pelo Presidente.

Art. 9º. São deveres dos sócios em geral:

- I- Zelar pela fiel observância das normas estatutárias e regulamentares;
- II- Exercer com zelo e eficiência cargo ou função para o qual tenha sido eleito ou nomeado na forma deste Estatuto;
- III- Acatar as deliberações dos órgãos competentes da ADEPTO;
- IV- Pagar pontualmente as contribuições, a taxa de seguro devida em grupo e os demais encargos sociais;
- V- Cumprir as disposições deste Estatuto e acatar as deliberações aprovadas em Assembleia Geral e Diretorias;
- VI- Zelar intransigentemente pela integridade da Classe e, consequentemente da ADEPTO.

Art. 10. É vedado ao presidente ser votado em qualquer outra Associação de Classe e Sindicatos, dentro da Polícia Civil, exceto para a Associação de Delegados de Polícia do Brasil ou Confederação da categoria (ADEPOL/BRASIL ou CONDEPOL).

5

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado



敦

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS E DOS EXERCÍCIOS ADMINISTRATIVOS

Art. 11. São órgãos da Administração da ADEPTO:

- I- Assembleia Geral;
- II- Diretoria Executiva;
- III- Conselho Deliberativo;
- IV- Conselho Fiscal.

§ 1º Os membros das Diretorias e Conselhos, não perceberão, qualquer remuneração pelo exercício de seus mandatos, considerando-se tal como serviço relevante, sendo vedada a discussão desta matéria mesmo em Assembleia.

§ 2º É facultado aos Diretores e membros dos Conselhos licenciar-se por prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, desde que faça comunicação escrita ao Presidente da Entidade e, no caso do Presidente, o comunicado ao vice presidente.

§ 3º Serão considerados vagos os cargos, cujo titular, sem causa justificada, deixar de comparecer, durante 3 (três) sessões consecutivas da Diretoria ou 2 (duas) dos Conselhos.

§ 4º O Presidente fará expediente ao Dirigente máximo da Polícia Civil, comunicando o nome de todos os integrantes do quadro diretivo da Associação, solicitando que seja consignado no dossiê funcional de cada Servidor.

Art. 12. O exercício administrativo da ADEPTO tem início a 1º (primeiro) de janeiro e término a 31 de dezembro do triênio.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS INTERNOS

SEÇÃO I

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 13. A Diretoria Executiva compõe-se de 08 (oito) membros, a saber:

~~1º Presidente;~~

~~2º Vice-Presidente;~~

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado

Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado

III. C. 2. 1.

IV- Tesoureiro Geral:

V. 10.50

VI- Diretor de Atividades Culturais, Recreativas e Sociais:

VII- Diretor de Assistência Jurídica e Comunicação Social:

VIII-. Diretor de Previdência e Assistência Social.

Parágrafo único. Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos através do voto direto e secreto para o mandato de 3 (três) anos, sendo permitida reeleição, bem

Art. 14. Compete a Diretoria Executiva:

I- Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as deliberações legitimamente emanadas dos órgãos competentes da ADEPTO;

II- Aprovar as inscrições de novos sócios;

III- Apresentar na Segunda Assembleia Ordinária o relatório circunstanciado das atividades sociais durante o ano, e também o balanço anual acompanhado de parecer do Conselho fiscal;

IV- Convocar, extraordinariamente, a Assembleia Geral para os fins determinados no presente Estatuto;

V- Sugerir ao Presidente, nomes de associados para compor a Comissão que irá dirigir os trabalhos eleitorais;

VI- Appreciar todos os atos de livre gestão e os submeter à Presidência;

VII- Apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto;

VIII- Aprovar a organização dos serviços de previdência e assistência social;

IX- Superintender a administração do patrimônio da ADEPTO, autorizando o Presidente a adquirir ou alienar dentro das normas legais, bens móveis e/ou imóveis;

X- Requerer junto da Presidência, a criação dos departamentos ou

Subsedes, no interior do Estado;

XI- Alterar a contribuição obrigatória dos sócios, sempre que haja modificações no valor do vencimento base em referência a cada Classe, nos termos do Art. 94, deste Estatuto e deliberar sobre os aumentos especiais propostos pelo Presidente;

XII - Apresentar nomes para compor a Comissão de Recursos em matéria disciplinar, assim que empossados;

XIII- Emitir parecer sobre a contratação de serviços de terceiros.

7

Adriano Moromizato
 Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
 Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado



敦

XIV- Cumprir todas as tarefas inerentes aos Cargos, bem como, em conjunto, da elaboração de jornal, boletins e folhetos;

§1º A Diretoria Executiva reunir-se-á trimestralmente, em sessão ordinária, com presença mínima da metade mais um de seus membros, registrando em ata as suas deliberações.

§2º Quando necessário, e por convocação de qualquer de seus membros, a Diretoria Executiva poderá se reunir-se Extraordinariamente, só prevalecendo os votos dos Diretores presentes.

§3º Na hipótese de vacância de cargo na Diretoria, exceto o de Presidente, assumirá o cargo de Diretor que este Estatuto indicar, e não havendo previsão poderá haver acumulação até final do mandato, mediante Portaria da Presidência.

Art. 15. Compete ao Presidente:

I- Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

II- Convocar e presidir as Assembleias Gerais;

III- Imprimir as deliberações próprias e as da Diretoria Executiva, sendo compatível com as disposições estatutárias, notadamente com a solidariedade entre os sócios;

IV- Representar a ADEPTO, judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente;

V- Presidir conferência, reuniões e sessões promovidas pela ADEPTO - TO e sua delegação oficial nos congressos que participar;

VI - Propor a Diretoria a criação de Subsedes no interior do Estado, bem como dar posse aos respectivos administradores e, quando for necessário, promover as substituições destes;

VII- Praticar os atos para aquisição, alienação e oneração de bens imóveis e móveis da ADEPTO, quando necessário, com autorização da Assembleia Geral;

VIII - Contrair obrigações, desistir, transigir, firmar compromissos, renunciar a direitos, desde que quando exigido, com autorização da Assembleia Geral ou da Diretoria Executiva;

IX- Nomear Delegados para representar a ADEPTO em solenidades, congressos, certames jurídicos ou onde se fizer necessário;

X- Dar posse aos membros dos Conselhos Fiscal e Deliberativo e das Comissões de Recursos;

XI- Executar as decisões transitadas em julgados que imponham penalidade e as decisões das Assembleias Gerais que lhe competem;

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

8

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Adriano Moromizato
Escrevente Autorizado

COASC-AL

Fls. 214

敦

- XII- Responder, em nome da Diretoria Executiva e ouvidos os seus membros, as interpelações dos sócios, feitas na forma estatutária, por escrito e fundamentada;
- XIII - Propor a Diretoria, majoração da contribuição obrigatória dos sócios, em casos especiais, tendo em vista encargos sociais ou obrigações que aumentam o patrimônio da ADEPTO e as atividades sociais;
- XIV- Elaborar ou determinar a confecção sob sua responsabilidade, ouvindo os Diretores, do relatório anual da gestão, o balanço e a prestação de contas, bem como a previsão orçamentária para o ano seguinte, até o dia 10 de dezembro de cada ano, submetendo-os ao exame e aprovação dos órgãos competentes;
- XV- Assinar, juntamente com o Tesoureiro ou, na sua ausência ou impossibilidade, com seu substituto, ordens de movimentação de fundos sociais, títulos, cauções, ordem de pagamento, relatórios, balancetes, balanços, previsões orçamentárias e demais atos ou papéis que envolvam responsabilidades administrativas da ADEPTO, submetendo-os a deliberação dos demais Diretores, quando necessária e vinculação da Diretoria aos efeitos do ato e ao encaminhamento a outros órgãos ou entidade;
- XVI- Despachar expediente e organizar agenda de trabalho de rotina da Diretoria, de maneira a assegurar, quando possível, a permanência de um Diretor na sede em horário razoável durante a semana;
- XVII- Assinar correspondências dirigindo-as as Autoridades e atos que envolvam representação da ADEPTO, fora da rotina;
- XVIII- Abrir, rubricar e encerrar os livros da Secretaria e da Tesouraria;
- XIX- Autorizar despesas necessárias ao expediente, determinando o encaminhamento dos respectivos comprovantes à Tesouraria;
- XX- Nomear, por indicação do respectivo Diretor, os assistentes dos Diretores;
- XXI- Praticar todos os atos não atribuídos expressamente pelo Estatuto a outro Diretor ou qualquer órgão da ADEPTO, desde que do interesse da associação e de seus sócios;
- XXII- Autorizar o pagamento dos auxílios de Previdência Social, de adiantamento e de despesas previstas ou eventuais;
- XXIII- Superintender todos os serviços da ADEPTO;
- XXIV- Criar uma Comissão de Ética que será vinculada diretamente à Presidência com o objetivo de emitir parecer em processos de interesse da Classe, principalmente em relação a atos de comportamento dos associados, com poderes para apresentar proposta de suspensão do infrator, por prazo não superior a 180 (cento e oitenta)

9

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado

Página 19 de 39



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado



敦

dias, ou até mesmo de cancelamento da inscrição, neste caso deverá o process. 39
apreciado e votado pela Diretoria Executiva.

Parágrafo único. O exercício da Presidência é incompatível com o Cargo Público, em provimento de comissão, salvo com autorização da Diretoria Executiva.

Art. 16. Ao Vice-Presidente compete:

- I- Substituir, pela ordem, o Presidente em suas ausências e impedimentos;
- II- Executar os encargos que lhe for delegado pelo Presidente, e especialmente, as atribuições relativas aos incisos XI e XII, do Art. 3º.

Parágrafo único. No impedimento ou licença do Vice-Presidente, será substituído por um dos membros da Diretoria, a escolha do Presidente e, em sua falta, por escolha dos membros da própria Diretoria.

Art. 17. Compete ao Secretário Geral:

- I- Organizar e superintender os trabalhos da Secretaria, propondo ao Presidente as providências administrativas necessárias ao eficiente funcionamento do setor;
- II- Ter sob sua guarda e responsabilidade o arquivo da Secretaria, mantendo-o em ordem e atualizado;
- III- Controlar a expedição e recepção das correspondências redigindo ou minutando os textos respectivos;
- IV- Ler o expediente, atas e demais papéis para a ordem do dia nas reuniões da Diretoria Executiva e das Assembleias;
- V- Lavrar e subscrever as atas de reuniões da Diretoria Executiva e Assembleias;
- VI- Promover a divulgação das atividades da ADEPTO, através de boletim mensal, jornais ou outros meios;
- VII - Praticar todos os demais atos inerentes as atribuições da Secretaria não compreendidos nas das demais Diretorias ou órgão da ADEPTO;
- VIII- Organizar e manter em ordem o registro especial discriminativo do patrimônio da ADEPTO;
- IX- Organizar e supervisionar o serviço de almoxarifado de forma a não faltar material de expediente;
- X- Cuidar de todos os bens móveis e imóveis da ADEPTO, apresentando uma relação dos mesmos, providenciando, ouvido o Presidente, os reparos que se fizerem necessários à sua conservação e manutenção;

CNPJ - 08.047.500/0001-74 Págs. 03/59

10

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado

CCAS
Fls. 216

敦

XI- Elaborar, anualmente, o inventário geral dos bens móveis e imóveis da ADEPTO, apresentando uma relação dos mesmos à Diretoria Executiva, para ser anexada ao relatório anual;

XII- Fiscalizar as atividades dos funcionários da ADEPTO, levando ao conhecimento do Presidente qualquer anormalidade verificada;

XIII- Tomar as providências necessárias para manter permanente intercâmbio com todas as Associações e os Sindicatos que representam a Classe de Delegados, em todo o País;

XIV- Redigir os boletins mensais da ADEPTO e o almanaque de classificação dos Delegados, a ser publicado anualmente, contando a sua vida funcional e a sua posição dentro do quadro da classe de Delegados de Polícia de carreira do Estado do Tocantins;

XV- Dirigir outros comunicados de interesse da Classe e mensagem da Presidência.

Parágrafo único. Os trabalhos realizados pelo Secretário Geral deverão ser encaminhados ao Diretor Jurídico e Comunicação Social que promoverá a publicação.

2022-01-10 10:00:00 2022-01-10 10:00:00

Art. 18. Compete ao Tesoureiro Geral:

I- Organizar e superintender os trabalhos da Tesouraria, propondo ao Presidente as providências administrativas necessárias ao eficiente funcionamento do setor;

II- Proceder na arrecadação de todos os valores destinados à ADEPTO, mantendo-os depositados em conta bancária nos termos do que determina este Estatuto;

III- Emitir recibo das importâncias e valores arrecadados em nome da ADEPTO;

IV- Movimentar, conjuntamente com o Presidente, os fundos sociais, emitindo cheques para pagamento das despesas autorizadas e arquivando os respectivos comprovantes;

V- Prestar, ao Presidente, à Diretoria, ao Conselho Fiscal e Assembleia Geral, as informações de caráter financeiro, quando solicitadas;

VI- Fiscalizar todas as escriturações dos livros contábeis e fiscais, zelando para que sejam mantidos em ordem e em dia;

VII- Proceder à elaboração do balanço anual e prestação de contas da Diretoria Executiva;

VIII- Praticar todos os demais atos inerentes a atribuição da Tesouraria não compreendidos nas dos outros Diretores ou Órgãos da ADEPTO.


Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Adriano Moromizato
Escritor Autorizado

Fls. 217

敦

§ 1º As despesas não previstas ou não aprovadas pelos Órgãos competentes ADEPTO serão de responsabilidade pessoal do Tesoureiro ou solidariamente com o Presidente, se este houver autorizado.

§ 2º Compete ao Primeiro (1º) Tesoureiro substituir o Tesoureiro Geral nos seus impedimentos ou licença, conforme estabelece a ordem no Art. 13.

§ 3º Ocorrendo o impedimento do 1º Tesoureiro em substituir o Tesoureiro Geral, o Presidente designará um dos Diretores para assumir o Cargo temporariamente.

Art. 19. Compete ao Diretor de Atividades Culturais, Recreativas e

Sociais:

I- Organizar cursos, conferências, palestras, congressos e outras atividades culturais congêneres de interesse da Classe;

II- Coordenar a participação da ADEPTO nos Congressos de Delegados de Polícia de carreira, neste Estado e outros Estados brasileiro, ou até mesmo fora do País;

III- Manter contato com Entidades Culturais e Sociais, visando a relação de convênios para participação em cursos e outras atividades da ADEPTO;

IV- Organizar reuniões periódicas com o objetivo de maior conagração dos associados e seus familiares;

V- Propor ao Presidente orçamento anual da entidade para eventos Culturais, recreativos e sociais;

VI- Praticar todos os demais atos correlacionados com as atividades culturais, recreativos e sociais, não compreendidas nas atribuições dos outros Diretores da ADEPTO.

VII- Zelar pelo patrimônio Cultural do ADEPTO;

VIII- Fiscalizar todos os serviços de restaurante e de diversão;

IX- Dirigir, orientar, administrar e fiscalizar as atividades esportivas desenvolvidas pela ADEPTO.

Art. 20. Compete ao Diretor Jurídico e de Comunicação Social:

I- Organizar e dirigir todos os serviços jurídicos quer no sentido de defender os interesses da associação, bem como de todos os integrantes do quadro social.

II- Defender o associado em caso relacionado com a sua atividade profissional;

III- Apresentar a minuta do regulamento de uso e funcionamento da sede e suas dependências, que será aprovada pela Diretoria Executiva;

CRTPJ-42.1aa: 08/04/2022 15:53:18 Paa. 10.59

12

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escritor Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado

敦

IV- Manter em arquivo e prestar as informações quando solicitadas, principalmente às relacionadas com os processos judiciais de interesse da ADEPTO.

V- Tomar todas as providências, buscando manter o intercâmbio com as demais Entidades representativas de classe de Delegados de Polícia de Carreira das demais Entidades da Federação;

VI- Assistir as Diretorias, dando-lhes todo apoio, afim de promover suas realizações e enaltecer o seu nome;

VII- Manter contatos com a imprensa em geral, divulgando as realizações da instituição e dos associados, para fins de conhecimento do público;

VIII- Elaborar todas as matérias jornalísticas de interesse da ADEPTO, levando-as à apreciação do Presidente para fins de publicação;

IX- Zelar pelo prestígio da associação perante a sociedade, valendo-se dos meios de divulgação e mobilização da opinião pública conhecida e promover reuniões de conagração entre a Classe, aproximando-a cada vez mais de seus familiares, para que haja, dentro dela, um espírito uno;

X- Organizar, administrar e manter os associados informados de todas as questões de interesse da Classe;

XI- Atender aos associados, prestando informações e auxílio sobre o andamento de quaisquer processos, seja administrativo ou judicial;

XII- Procurar manter atualizadas informações relacionadas como vencimento da Classe em todos os Estados;

Art. 21. Compete ao Diretor de Assistência e Previdência Social:

I- Organizar e administrar o fundo de solidariedade destinado a proporcionar auxílio à família do associado, por ocasião do falecimento deste;

II- Controlar a prestação de serviço por parte das entidades que mantenham convênios de assistência e previdência social mantida pela ADEPTO;

III- Controlar o seguro de vida em grupo mantida pelo ADEPTO;

IV- Propor ao Presidente modificações no sistema previdenciário da ADEPTO;

V- Atender aos associados em qualquer assunto relacionado com atividades de assistência e previdência social mantido pelo ADEPTO;

VI- Organizar e dirigir os serviços de assistência médica aos associados.

13

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Adriano Moromizato
Escrevente Autorizado

Fis. 219
L.

敦

Art. 22. Todos os Diretores poderão indicar assistentes que lhes auxiliarão desempenhar sua missão, que serão nomeados por ato do Presidente, os quais poderão participar das respectivas reuniões, porém, sem direito a voto.

Parágrafo Único. O quantitativo de assistentes poderá ser de no máximo três por Diretoria, sendo vedados quaisquer tipos de remuneração e/ou gratificações pecuniárias.

Art. 23. É de responsabilidade de todos os Diretores zelar pela boa ordem na sede da associação, providenciando, junto ao Presidente, o que for necessário para que a mesma se mantenha a altura de suas finalidades;

SECÃO II DO CONSELHO FISCAL

Art. 24. O Conselho Fiscal compõe-se de 03 (três) membros efetivos 03 (três) suplentes, eleitos na mesma ocasião e condições da Diretoria Executiva.

Art. 25. O mandato dos membros do Conselho Fiscal terá o mesmo período do mandato da Diretoria Executiva.

Art. 26. Na primeira semana após a posse, o Conselho Fiscal se reunirá a fim de eleger o seu Presidente, que será escolhido dentre os membros eleitos.

Parágrafo único. Os suplentes substituirão os Conselheiros efetivos nas suas faltas e/ou impedimentos.

Art. 27. O Conselho Fiscal se reunirá pelo menos uma vez a cada semestre, com a presença mínima de 2 (dois) de seus membros efetivos, registrando-se em ata suas deliberações.

Parágrafo único. Servirá como Secretário, em cada reunião, um dos Conselheiros, para esse fim especialmente designado pelo Presidente do Conselho.

Art. 28. É facultado a qualquer dos Conselheiros assistirem às reuniões da Diretoria, sem participação nos debates, salvo quando previamente convocados ou autorizados, mas em hipótese alguma, com direito a voto.

Art. 29. Compete Conselho Fiscal:

I- Dar parecer prévio sobre relatório, balancetes, balanços e outras peças semelhantes, que devam ser apresentadas pelo Presidente à Assembleia Geral;

II - Examinar, sempre que achar conveniente, a contabilidade da ADEPTO;

121653-Palmas 03/06/2012 16:53:24 Paa. 14.05

14

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato
Escrevente Autorizado

COASSO-AL
Fls. 220
L.

敦

III- Dar parecer sobre todas as consultas solicitadas pelas Diretorias, encaminhando-as ao Presidente;

IV- Convocar Assembleia Geral:

a) Ordinária quando o Presidente deixar de convocá-la nos termos do

Art. 15, II deste Estatuto;

b) Extraordinária quando se destinar a tratar de assuntos financeiros seguintes:

I. Aprovar os investimentos de capitais autorizados pela Diretoria Executiva;

II. Emitir parecer sobre previsão orçamentária para o exercício seguinte, esclarecendo objetivamente as inviabilidades que encontrar;

III. A aprovação das contas da associação será realizada em duas etapas: Aprovação das contas pelo conselho fiscal com parecer, e apresentação em Assembleia geral até o dia 31 do março para aprovação das contas do ano anterior.

SEÇÃO III

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 30. O Conselho Deliberativo compõe-se de 03(três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, eleitos na mesma data e condições da Diretoria Executiva.

Art. 31. O mandato dos membros do Conselho Deliberativo terá o mesmo período do mandato da Diretoria Executiva.

Art. 32. Na primeira semana após a posse, o Conselho Deliberativo se reunirá a fim de eleger o seu Presidente, que deverá ser escolhido dentre os membros efetivos.

Parágrafo único. Os suplentes substituirão os Conselheiros nas suas faltas e/ou impedimentos.

Art. 33. O Conselho Deliberativo se reunirá pelo menos uma vez a cada semestre, com a presença mínima de 2 (dois) de seus membros, registrando-se em ata as deliberações.

Parágrafo único. Servirá como Secretário, em cada reunião, um dos Conselheiros, para esse fim especialmente designado pelo Presidente do Conselho.

Art. 34. É facultado a qualquer dos Conselheiros participarem das reuniões da Diretoria Executiva, sendo vedada a sua participação nos debates, salvo quando previamente convocado ou autorizado, mas, em hipótese alguma, terá direito a voto.

Art. 35. Compete ao Conselho Deliberativo:

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Adriano Moromizato
Escrevente Autorizado

Fis. 221
L.

敦

- I - Analisar e emitir parecer, quando solicitado, sobre relatórios efetuados p. Diretoria Executiva, e Conselho Fiscal;
- II - Analisar o parecer emitido pelo Conselho Fiscal a respeito de consultas formuladas pelas Diretorias;
- III- Convocar Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, quando o Presidente ou a Diretoria Executiva deixar de fazê-la em conformidade com este Estatuto;
- IV- Emitir parecer a respeito de destituição de membros da Diretoria Executiva;
- V- Apreciar os atos punitivos aplicados aos sócios pela Diretoria Executiva, quando acionados pelo sócio punido, após recurso negado pela Diretoria para apreciar a punição estabelecida pelo Presidente;
- VI - Examinar e apresentar parecer conclusivo, a respeito dos relatórios das Diretorias, bem como, os de previsão orçamentária;
- VII - Apreciar e emitir parecer fundamentado sobre as ações da Comissão de Ética.

CAPÍTULO V

DA ASSEMBLEIA GERAL

SEÇÃO I

DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 36. A Assembleia Geral Ordinária ocorrerá duas vezes por ano, em datas designadas pelo Presidente da ADEPTO, com 15 (quinze) dias, pelo menos, de antecedência, na primeira semana dos meses de dezembro e julho.

Art. 37. A Assembleia Geral Ordinária, quando convocada Extraordinariamente pela Diretoria Executiva, nos termos do inciso IV, do Art.14, reunir-se-á em data designada por ela, com antecedência prévia de, pelo menos 10 (dez) dias.

§1º A Assembleia Geral também poderá ser convocada ou requerida:

- I- Pelo Conselho Fiscal, nos casos previstos neste Estatuto;
- II- Por 15% (quinze por cento) dos sócios regulares, no mínimo, desde que apresentem motivo justo.

§ 2º Se o requerimento ou convocação feito pelos sócios destinar a promover reforma no Estatuto, será indispensável que o mesmo se apresente, no mínimo 2/3 (um terço) de assinaturas dos sócios fundadores e Contribuintes que estejam regulares com suas obrigações com a secretaria e tesouraria da ADEPTO.



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado

COASC-AL

Fls. 222

敦

Art. 38. A Assembleia Geral dos sócios será convocada mediante publicação de edital no Diário Oficial do Estado, ou em jornal de grande circulação no Estado, e pela divulgação nas redes sociais da ADEPTO, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data designada para a sua realização.

Parágrafo único. Devem constar no edital, a ordem do dia, o local e o horário da realização da Assembleia.

Art. 39. Na Assembleia Geral somente poderá discutir e decidir os assuntos expressamente mencionados na ordem do dia.

Art. 40. Na Assembleia Geral Ordinária compete deliberar somente:

I- Sobre as soluções dadas aos casos omissos pela Diretoria;

II- Julgar, na segunda Assembleia, o balancete anual apresentado pelo Presidente referente ao exercício que está se concluindo;

III- Sobre o relatório da Diretoria, balanço e apresentação das contas e a previsão orçamentária seguinte;

IV- Revogação, através de 2/3 (dois terços) dos sócios presentes, no mínimo, das medidas tomadas pelo Presidente e ou Diretoria Executiva que não coadunam com o princípio e fins da Associação e para tal necessita que compareçam, pelo menos, a metade mais um dos sócios Contribuintes.

Parágrafo único. As deliberações das Assembleias somente serão tomadas por maioria dos sócios presentes, salvo, os casos expressamente previstos, não podendo votar e serem votados os sócios que não estiverem em dia com a tesouraria.

Art. 41. A Assembleia Geral só poderá reunir-se com a presença, mínima, da metade mais um de seus sócios para tratar dos assuntos diversos e, de 2/3 (dois terços) dos sócios, quando se tratar de reforma no Estatuto.

SEÇÃO II

DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 42. A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se à quando:

I- Convocada pelo Presidente ou pela Diretoria Executiva, nos termos do Art. 37, deste Estatuto;

II- Requerida e convocada por, pelo menos 15% (quinze por cento) dos sócios Contribuintes regulares e desde que o pedido esteja fundamentado;

17

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado

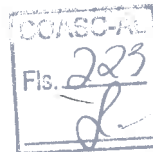


Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado



敦

III - Convocada por qualquer sócio subscritor do requerimento m.
inciso "II" deste artigo, caso o Presidente ou a Diretoria não a convoca q.
estatutário;

IV- Convocada por, pelo menos 10% (dez por cento) dos sócios contri-
regulares, caso a Presidência indefira o requerimento previsto no inciso "II" supra,
dando-se ciência da decisão, por escrito ao primeiro signatário na sede da ADEPTO,
no prazo de 5 (cinco) dias da data do processo.

§ 1º No caso do inciso "II", o Presidente, obrigatoriamente, convocará a Assembleia
dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do protocolo do requerimento na
Secretaria Geral, fixada sua realização em prazo não superior a 5 (cinco) dias da
publicação do Edital.

Art. 43. À Assembleia Geral Extraordinária compete:

I- Discutir e aprovar a redação das Atas de suas sessões;

II- Discutir sobre os ocupantes de Cargos ou funções eletivas ou de nomeações,
desde que seus atos contrariarem os interesses da ADEPTO;

III- Alterar do Estatuto Social mediante proposta do Presidente, Diretoria ou sócios,
nos termos deste Estatuto;

IV- Revogar as decisões do Presidente e da Diretoria Executiva ou de seus membros
isoladamente, sempre que for nocivo aos interesses da Classe e da Associação,
mediante voto direto e secreto, com resultado favorável de 2/3 (dois terços);

V - Determinar, na vacância do Presidente e da Vice-Presidência, a realização de
eleição ou designação de sucessor para completar o mandato, se a vacância se
verificar após o primeiro ano de mandato;

VI- Deliberar sobre aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis e/ou móveis,
mediante proposta da Presidência ou Diretoria;

VII- Deliberar sobre os aumentos especiais relacionados com a contribuição
obrigatória dos sócios;

VIII - Deliberar sobre a dissolução da ADEPTO, mediante proposta da Presidência
ou Diretoria, com votação direta e secreta, necessitando da maioria mínima de 2/3
(dois terços) dos associados;

IX - Deliberar sobre qualquer matéria de interesse da Classe e da Associação.

Art. 44. A Assembleia Geral Extraordinária instalar-se-á, em primeira chamada,
com a presença mínima da metade mais um dos sócios Contribuintes, e em segunda
chamada, uma hora depois, com o quórum mínimo de 30% (trinta por cento) dos
sócio Contribuintes.

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato
Escritor Autorizado

敦

Art. 45. Exceto quando da dissolução da ADEPTO e a alteração no Estatuto prevista no Art. 81, as deliberações nas Assembleias Gerais Extraordinárias serão tomadas pelo voto favorável de metade mais um dos sócios que estiverem presentes e quites com suas responsabilidades com a Associação.

Parágrafo único. Antes da deliberação o sócio Contribuinte presente à Assembleia e que tenha direito a voto, poderá requerer a verificação de quórum mínimo previsto no Estatuto em seu art. 44, bem como requerer junto à Tesouraria a situação financeira de cada um dos presentes com relação às obrigações com a ADEPTO.

CAPÍTULO VI DO PROCESSO ELEITORAL SEÇÃO I DA ELEIÇÃO

Art. 46. A eleição dos membros da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo, mediante voto direto e secreto, serão realizadas em todo o Estado, na primeira semana do mês de dezembro, do último ano de mandato em local a ser fixado pelo Presidente.

Parágrafo único. Encerrado o prazo previsto no Art. 48, no inciso "II", e verificando-se o registro de apenas uma chapa constituída, a votação será pelo sistema aberto e a eleição se dará por aclamação da Assembleia Geral convocada para tal fim, observando-se o quórum previsto no artigo 44, segunda parte, dispensadas as formalidades das seções III e VI, do Capítulo VI deste Estatuto.

Art. 47. Cada associado, em gozo de seus direitos sociais, terá direito a um voto que será exercido pessoalmente ou por correspondência, nos termos deste Estatuto, contudo, sem admitir o voto por procuração.

§ 1º O exercício do voto por correspondência consistirá na remessa do voto em dupla sobre carta fechada e sistema de votação obedecerá às seguintes regras:

- I - A dupla sobre carta deverá ser remetida pelo eleitor, através do correio e na forma registrada;
- II - A remessa deve ser feita ao Presidente da ADEPTO, no endereço que constar no aviso de convocação para efeitos de seu recebimento;
- III - Pela ordem de chegada deverá ser registrada no livro-protocolo, exclusivo, constando a data de chegada, lugar de origem e nome do remetente, sendo, imediatamente após, depositada em uma urna própria e lacrada;

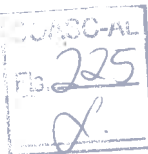


Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado



敦

IV- As sobre cartas serão recebidas impreterivelmente, até as 18 horas do dia anter. ao do início da Assembleia Geral de Eleição;

V- Findo o prazo de recebimento serão das sobrecartas, lavrado imediatamente, no mesmo livro, auto circunstanciado do encerramento dos recebimentos, que deverá ser firmado pelo Presidente da ADEPTO e fiscais das chapas concorrentes, se presentes.

§ 2º A urna lacrada e respectivo livro-protocolo serão levados ao local onde se realizará a Assembleia Geral de Eleição.

§ 3º A eleição terá 2 (duas) urnas, uma para a recepção dos votos exercitados por correspondência e outra para os votos dos eleitores presentes na Assembleia.

§ 4º Poderá ser interposto recurso impugnatório até o momento que anteceder a lavratura do auto de encerramento da recepção dos votos por correspondência.

Art. 48. O Presidente promoverá a publicação do Edital até o dia 30 (trinta) de outubro, em Diário Oficial do Estado, ou em jornal da Capital, com circulação Estadual e, se houver, em Boletim Geral da Polícia Civil, durante 2 (dois) dias seguidos, e também afixará o Edital nas Unidades Policiais, do qual constará o seguinte:

I- Indicação de dia, local e horário da eleição;

II- Prazo de 15 (quinze) dias para inscrições dos candidatos, a contar da segunda publicação;

III- Relação dos cargos a serem preenchidos e duração dos respectivos mandatos.

Art. 49. A relação dos eleitores será afixada, obrigatoriamente, na sede da ADEPTO, 30 (trinta) dias antes da eleição, não sendo permitido sua alteração após essa data, salvo em razão de erro material ou provimento de recurso.

Parágrafo único. O Secretário Geral fornecerá cópia da relação dos eleitores aptos ao voto ao sócio que requerer, no prazo máximo de 48 horas.

SEÇÃO II

DA INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 50. Os candidatos, por si ou por grupos que o representar, deverão promover suas inscrições para os Cargos que queiram disputar, dirigindo os pedidos ao Presidente, até as 18 horas do dia 15 (quinze) de novembro, acompanhados de autorização dos candidatos que não se fizerem presente para os respectivos registros.

Art. 51. Poderão ser candidatos:

20

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado

敦

I- Os sócios Fundadores e Contribuintes, observando o disposto no Art. 5º em seus incisos I e II, deste Estatuto e estando associado a pelo menos um pleito anterior;

II- Apenas os sócios que estiverem quites com suas contribuições;

III- Apresentarem no ato da inscrição, para os que concorrerão às vagas da Diretoria Executiva, certidões municipais, estaduais e federais que comprovem estarem quites com os Entes Públicos, tendo em vista ser a Associação uma entidade de Utilidade Pública;

§ 1º O Presidente decidirá o pedido no prazo improrrogável, de 5 (cinco) dias, e o seu silêncio implicará no registro compulsório.

§ 2º Em caso de indeferimento, o candidato ou candidatos poderão interpor recurso à Diretoria Executiva, que decidirá no prazo de 5 (cinco) dias, em definitivo.

§ 3º Se a Diretoria Executiva não emitir decisão no prazo citado no Parágrafo anterior, o recurso será considerado como provido e o registro será feito compulsoriamente.

Art. 52. Encerrada as fases de registros e recursos dos candidatos, o

Presidente mandará imprimir cédula única, com os nomes relacionados ou a denominação das chapas, contendo o local para assinalar o sufrágio de cada candidato majoritário ou chapa.

Art. 53. O candidato não poderá concorrer a mais de um cargo simultaneamente.

Art. 54. Não será permitido participar do processo eleitoral, todo sócio

Contribuinte que:

I- Não estiver em gozo de seus direitos para com a associação;

II- Estiver respondendo processo criminal perante o Poder Judiciário;

III- Estiver respondendo processo administrativo ou disciplinar;

IV - Que tenha sido condenado por qualquer crime, mesmo que ainda não cumprido a pena.

SEÇÃO III

DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 55. A Comissão Eleitoral será constituída no mínimo de 3 (três) e no máximo 9 (nove) associados com direito a voto e indicados, proporcionalmente, pelos Candidatos ao cargo de Presidente.

21

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado



敦

§ 1º Os membros da Comissão ficam impedidos de disputar as eleições para qualquer cargo na Diretoria Executiva ou dos Conselhos.

§ 2º O Presidente e o Secretário da Comissão Eleitoral serão escolhidos, por votação, dentre os seus membros.

§ 3º O Presidente da Comissão Eleitoral designará, dentre os seus membros, aqueles que deverão integrar as mesas receptoras no processo eleitoral, inclusive os seus respectivos suplentes.

§ 4º A Comissão funcionará na área da ADEPTO ou em local previamente designado pelo Edital de convocação.

§ 5º Caberá ao Presidente da Comissão Eleitoral, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, comunicar ao Presidente da Associação, por escrito, os nomes escolhidos nos termos dos §§ 2º e 3º deste artigo, para fins de nomeação e divulgação.

SEÇÃO IV DA VOTAÇÃO

Art. 56. Nas eleições, os votos serão recebidos, ininterruptamente,

Durante 6 horas, devendo o Presidente da ADEPTO, no Edital de convocação, designar a hora de início e do encerramento.

§ 1º A recepção dos votos far-se-á, pela mesa receptora, no local indicado no Edital.

§ 2º Constituirá a mesa receptora de votos, 1 (um) Presidente e 2 (dois) Mesários, um destes servirá como Secretário, que lavrará em Ata tudo que ocorrer durante os trabalhos, e serão eles indicados pelo Presidente da Comissão Eleitoral, que serão nomeados pelo Presidente da ADEPTO.

§ 3º Haverá tantas mesas receptoras e apuradoras quantas forem necessárias.

Art. 57. Os candidatos não poderão fazer parte da mesa receptora de votos, mas poderão fiscalizar os seus trabalhos, pessoalmente ou por meio de sócio eleitor devidamente credenciado por escrito, pela Presidência da ADEPTO, mediante indicação dos interessados, até uma hora antes do início da votação, permitindo a substituição a qualquer tempo, tudo nas mesmas condições e forma.

Art. 58. Cada mesa funcionará com o seguinte material:

I- Cédula única, conforme estabelecido no Art. 52;

II- Lista dos eleitores em ordem alfabética;

22

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Adriano Moromizato
Escrevente Autorizado

Fls. 228

敦

III- Urnas;

IV- Cabina indevassável.

Art. 59. O eleitor apresentará ao Presidente da mesa receptora, documento de identidade e em seguida assinará a folha de votação, onde já constará o seu nome, recebendo a cédula única, devidamente rubricada pelos membros da mesa, e na cabina indevassável, emitirá o seu voto, que após isto feito, dobrará a cédula e a depositará na urna, à vista de todos.

Art. 60. Encerrada as eleições, o Presidente da mesa determinará que seja lavrada a competente Ata, arquivando todo material eleitoral e envelopes, sobrecartas e fichas para eventual conferência, durante 5 (cinco) dias úteis.

SEÇÃO V DA APURAÇÃO

Art. 61. A apuração será pública e efetuada pelos integrantes da mesa apuradora na sede da ADEPTO, sob fiscalização direta dos candidatos e fiscais credenciados na forma do Art. 65, logo que encerrada a votação.

§ 1º No curso de todo o processo eleitoral a ordem e disciplina é de total responsabilidade do Presidente da ADEPTO, podendo para tanto, recorrer a todos os meios legais necessários.

§ 2º Após o encerramento da apuração dos votos, será lavrada minuciosa Ata, onde deverá constar, obrigatoriamente, além do número de votantes, o número de cédulas usadas e de fichas distribuídas, para eventual revisão solicitada por qualquer candidato.

Art. 62. Considerar-se-á nulo o voto, se houver quebra de sigilo durante o ato de votação;

Art. 63. Considerar-se-á nula a votação de urna em que não for observado os procedimentos estabelecidos neste Estatuto.

Art. 64. Encerrada a apuração, a mesa receptora comunicará imediatamente ao Presidente da ADEPTO, o resultado, que o proclamará com consignação em Ata os efeitos e ocorrências havidos.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE 2011

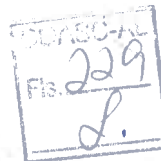
23

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Adriano Moromizato
Escrevente Autorizado



敦

SEÇÃO VI DOS RECURSOS

Art. 65. Os recursos em matéria eleitoral serão apresentados por escrito, conciso e devidamente fundamentados, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência, no máximo, ao próprio órgão recorrido, se mantido o ato, o recurso deverá ser encaminhado no mesmo espaço de tempo à Comissão de Recursos que decidirá em instância final, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 1º Durante o processo de votação e apuração, serão apenas admitidas impugnações verbais, decidida de pronto pela mesa receptora, em única instância, assegurando-se a interessado o direito de recorrer da proclamação dos eleitos na forma prevista no caput deste artigo.

§ 2º Não se reconhecerá de recurso contra a proclamação dos eleitos, se do seu provimento não decorrer alteração nos resultados do pleito.

Art. 66. No caso de provimento, parcial ou total do recurso, a Comissão Eleitoral marcará data para as próximas eleições, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, permanecendo nos cargos, a atual Diretoria até a nova eleição.

Art. 67. A Comissão de Recursos será composta de 3 (três) sócios Contribuintes, não candidatos, indicados pela Diretoria Executiva e nomeados pelo Presidente.

Parágrafo único. A Comissão será constituída em até três dias após o encerramento das inscrições dos candidatos.

CAPÍTULO VII DAS PENALIDADES

Art. 68. Pela inobservância de qualquer dos deveres e obrigações estatutárias ou regulamentares, os sócios estarão sujeitos às seguintes penalidades:

I- Advertência;

II- Suspensão;

III- Exclusão.

Art. 69. Incorre na pena de advertência o sócio que violar alguma disposição estatutária ou regulamentar, senão houver outra penalidade cominada para a infração.

Art. 70. Incorre na pena de suspensão o associado que:

CTPM-1-2-11-005 08/10/2002 P01537A Pág. 10/19

24
Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato
Escrevente Autorizado

Fls. 230

敦

I- Rescindir em falta que resultou em um comportamento inadequado e ante social para com outros sócios, membros da Diretoria ou funcionários;

II- Não acatar as deliberações da Diretoria Executiva e Assembleia Geral;

III- Desrespeitar quaisquer membros da Diretoria, os Conselhos ou Comissões, quando no exercício de suas funções;

IV- Mantenha conduta incompatível como decoro profissional;

V- O Sócio que estiver em débito com a mensalidade da ADEPTO por três meses;

Art. 71. A pena de suspensão pode ser convertida em multa, a juízo do julgador, e será efetivada, como as demais, através de ato do Presidente, caso seja requerida pelo apenado.

§ 1º A multa variará entre o mínimo da mensalidade do apenado e o máximo do seu décuplo.

§ 2º O valor da multa será estabelecido pela decisão que a aplicar, com o critério de individualização prevista neste capítulo.

§ 3º O não pagamento do valor da multa no prazo de 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão que a impuser, acarretará na suspensão do sócio até seu recolhimento, sem prejuízo do pagamento das mensalidades.

Art. 72. Incorre na pena de exclusão o sócio que:

I- Sofrer penalidade de suspensão por 5 (cinco) vezes, ainda que por fundamentos diferentes;

II- Por ato doloso, causar prejuízo financeiro contra colega ou seus familiares ou a ADEPTO;

III- Praticar fraude no processo eleitoral;

IV- For condenado, por sentença transitado em julgado, por crime infamante.

V- O sócio que estiver em débito com a mensalidade da ADEPTO por seis meses ou mais;

Art. 73. As penas serão impostas pela Diretoria Executiva, mediante prévio processo sumário no qual será assegurado ao interessado o direito de ampla defesa.

Parágrafo único. Sendo o interessado notificado e não apresentado no prazo de 3 (três) dias, sua defesa ou habilitando para fazê-la oportunamente, será pelo Presidente designado defensor.

§ 1º O recurso em matéria disciplinar será apresentado no prazo de 10 (dez) dias do conhecimento da decisão, ao Presidente, e, em 48 (quarenta e oito) horas, este

TRT-TO - P-11445 04/04/2022 P-11576 Pág. 11 de 19

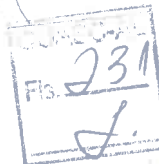
25

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Adriano Moromizato
Escrevente Autorizado



敦

submeterá o recurso à respectiva Comissão que decidirá em 5 (cinco) dias, cabe o julgamento pela Diretoria Executiva, em escrutínio secreto, em igual prazo.

§ 2º A Comissão referida no parágrafo anterior, será composta de 3 (três) membros designados pelo Presidente.

§ 3º A Comissão será constituída e nomeada no prazo de 30 (trinta) dias da data da posse da nova Diretoria, com mandato de 2 (dois) anos.

§ 4º No caso de afastamento de qualquer membro da Comissão, seu substituto será indicado e nomeado em 5 (cinco) dias.

Art. 74. Na aplicação das penas prevista neste Estatuto serão considerados:

- I- Ausência de antecedentes disciplinares;
- II - O exercício de encargos ou mandato em qualquer órgão da ADEPTO;
- III- A apresentação de bons serviços à Classe e à ADEPTO;
- IV- O grau de culpa revelado, a intensidade do dolo e as consequências da infração.

Art. 75. As penas de advertência serão sigilosas.

Parágrafo único. Aplica-se, subsidiariamente, em matéria de processo disciplinar, o Estatuto do Policial Civil do Estado do Tocantins ou Legislação que o substitui.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 76. Serão considerados Presidente de Honra da ADEPTO o Governador do Estado e o Titular da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins e, como tais, deverão ter seus retratos afixados nas dependências da ADEPTO.

Parágrafo único. A afixação dos retratos, que se refere este artigo, deverá ser sempre em seção solene.

Cartório P.J. nº 12.094/2002, 06/11/2014, P. 36, 12/2

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado

Fis. 232

敦

Art. 77. Os sócios não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas dívidas da ADEPTO.

Parágrafo único. Os membros das Diretorias e dos Conselhos, não poderão abonar ou avalizar quem quer que seja em nome da ADEPTO.

Art. 78. Será excluído do quadro social além da forma prevista no Art.

84, o sócio que deixar de pertencer a Carreira, excetuando-se:

I- O que se aposentar desde que comunique por escrito em 30 (trinta) dias, o seu interesse em não mais pertencer a associação;

II- O que for ocupar outro cargo e tenha pertencido ao quadro social, por mais de 2 (dois) anos ininterruptos, gozando, no caso dos direitos e sujeitando-se aos deveres inerentes aos associados, desde que se manifeste, por escrito, em 30 (trinta) dias.

Art. 79. A posse da nova Diretoria Executiva e dos Conselhos ocorrerá até o vigésimo dia após a realização das eleições.

§ 1º O mandato dos Diretores e dos Conselhos se prorrogará até o dia da posse da nova Diretoria eleita;

§ 2º Em casos excepcionais, a Diretoria que estiver no término do mandato terá, automaticamente prorrogada a manutenção nos cargos de Dirigentes que neles estiverem, até que aja uma Assembleia Extraordinária convocada pelo Presidente ou requerida por pelo menos 5% (cinco por cento) dos sócios regulares para o único fim de uma nova eleição, após sanada a excepcionalidade ou em conformidade com o requerimento dos sócios, mesmo que venha a ser, a eleição, em data distinta da prevista no Estatuto, mas com o término do mandato até o mês de dezembro do último ano do prazo do mandato.

Art. 80. Vagando-se algum cargo na Diretoria ou nos Conselhos, pela morte, cassação ou renúncia de mandato de seu titular, o substituto deste passará, automaticamente, a ocupá-lo.

Art. 81. A alteração estatutária, bem como dissolução da Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Tocantins, somente poderá ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, esta última para este fim convocada e em ambas deverá constar no Edital, esta ordem do dia, exigindo-se a presença no mínimo de 2/3 (dois terços) dos sócios quites com a Tesouraria, em escrutínio secreto.

Parágrafo único. No caso da dissolução da ADEPTO, o seu patrimônio deduzido as despesas e dívidas por ventura registradas e legais, será doado, no prazo de 12 (doze) meses, a uma instituição de amparo de menores carentes, com sede na Capital, através de escritura pública.

27

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado

Fls. 233

敦

Art. 82. Fica estabelecido em 2% a 10% (dez por cento), sobre o salário em vigor no País, a mensalidade dos sócios, que será descontado em folha de pagamento, tudo mediante autorização específica.

§ 1º As mensalidades arrecadadas serão aplicadas pela Presidência, nos termos deste Estatuto, nas despesas ordinárias, decorrentes da administração da ADEPTO.

§ 2º Os saldos desta arrecadação, porventura verificados no exercício, serão transferidos para o exercício seguinte, que ficará à disposição da administração.

§ 3º Os investimentos de capitais da ADEPTO dependerão de Autorização da Diretoria Executiva.

§ 4º Os saldos de fundos de previdências social poderão serem aplicados em investimentos à critério da Presidência.

§ 5º Os valores provenientes de doações, emendas parlamentares e receitas extraordinárias para fins não especificados e dos investimentos previstos no § 3º deste artigo, constituirão no fundo social da ADEPTO e terão a aplicação que lhes der a Diretoria Executiva, e ainda em construção de imóveis e aquisição de móveis.

§ 6º A mensalidade fixada neste artigo poderá ser elevada, com previa comunicação aos sócios, com pelo menos três meses de antecedência, toda vez que houver reajuste do vencimento base do Delegado de Polícia, mas nunca podendo exceder tal mensalidade ao percentual de 50% do salário mínimo vigente no País, salvo se aprovado em Assembleia Geral ou, a qualquer momento, se necessário for, devido a despesas, mas nesses casos terá que ser discutido em Assembleia geral.

SEÇÃO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 83. A Diretoria Executiva, nunca poderá alterar Brasão ou criar quaisquer símbolos ou similares que servirá para identificar a ADEPTO, salvo com aprovação dos sócios.

Parágrafo único. A Diretoria Executiva, como meio de divulgação da Associação, poderá, havendo disponibilidade financeira, criar lembranças, adesivos, banner e similares, respeitando as imagens existentes da Associação, e utilizando de profissionais não integrantes do quadro.

Art. 84. O Presidente promoverá a regulamentação, através de portaria, para concessão dos benefícios da Previdência Social constante deste Estatuto.

28

Adriano Moromizato
Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos
Escrevente Autorizado



Cartório Moromizato

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos

Adriano Moromizato

Escrevente Autorizado

敦

Art. 85. O Presidente, afim de obter recursos financeiros para a associação, poderá realizar convênios com órgão Público Federal, Estadual e Municipal e ainda com Empresas privadas, devendo a proposta ser submetida à aprovação da Diretoria Executiva.

Art. 86. Para publicação e divulgação de todos os atos de administração, bem como matérias de interesses da Classe, fica criado o boletim interno e rede social.

Art. 87. Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação e publicação.

Palmas/TO, 14 de dezembro 2021.

João Batista de Deus
Presidente



Transcrito o que se tinha a tornar público, a teor e para os fins do § 1º do art. 160 da Lei Federal nº 6.015 de 31/12/1973, lavrei o presente termo, que assino, em público e fiel testemunho da verdade. Dou fé.

SELO: 127035AAC707812-PJC Consulte autenticidade em www.tjto.jus.br

Emolumentos: R\$ 23,68
Outros: R\$ 0,00

Fund. Elet: R\$ 2,33
Correios: R\$ 0,00

Pag. Ext.: R\$ 124,92
Total: R\$ 178,72

ISS: R\$ 5,18

T.F.J.: R\$ 9,84

Funcivil: R\$ 12,77

Palmas-TO, 27 de abril de 2022

Adriano Moromizato
Escrevente Autorizado



EM BRANCO